

A generalização do exercício da planificação é a primeira medida do combate ao subdesenvolvimento

— Presidente Samora Machel ao declarar aberta a VII Sessão da A.P.

Antes de declarar aberta a VII Sessão da Assembleia Popular, que ontem teve início na capital do País, o Presidente da República Popular de Moçambique, Marechal Samora Machel, fez uma breve exposição das questões a que o órgão máximo do Poder de Estado dedicará a sua atenção no presente encontro. Nessa exposição — que aqui publicamos na íntegra — o Chefe de Estado deu particular destaque ao projecto do Plano Estatal Central e ao projecto do Orçamento Geral do Estado para 1981. Comentando um aspecto destas questões, que já durante a VIII Sessão do Comité Central mereceu uma profunda análise, o Chefe de Estado afirmou: — «A generalização do exercício da planificação deve ser a primeira medida do nosso combate ao subdesenvolvimento».

Senhores Deputados
Senhores Embaixadores e Chefes de Missão Diplomática
Senhores convidados
Meus Senhores
Minhas Senhoras

Saudamos com calor a vossa presença e participação nesta 7.ª Sessão da Assembleia Popular.

Esta reunião do órgão máximo do Poder de Estado na República Popular de Moçambique foi convocada em obediência ao artigo 47 da Constituição e ao artigo 4.º N.º 1 do Regulamento da Assembleia Popular. E, como é já nossa tradição, dedicaremos esta sessão, a 2.ª e última do ano, principalmente ao estudo e aprovação de documentos de natureza económica e financeira.

De acordo com a agenda em proposta, vamos apreciar e transformar em lei os documentos fundamentais da gestão pública do País durante o primeiro ano da década que definimos como a década da vitória sobre o subdesenvolvimento. Estão diante de nós o projecto do Plano Estatal Central e o projecto do Orçamento Geral do Estado para 1981.

Estes documentos reafirmam o princípio da planificação centralizada como método único na construção de uma economia socialista.

Só através da planificação é que podemos garantir a utilização racional dos meios disponíveis para a realização das prioridades definidas: o combate à fome, à nudez, ao obscurantismo, à ignorância, à doença. Só através da planificação é que

podemos determinar as nossas necessidades, medir as nossas capacidades e estabelecer o ritmo do nosso crescimento. A generalização do exercício da planificação deve ser a primeira medida do nosso combate ao subdesenvolvimento.



No discurso de abertura da 7.ª Sessão da AP, o Presidente Samora Machel apontou o Plano Estatal Central e o Orçamento Geral do Estado para 1981 como sendo questões fundamentais para o nosso futuro

O projecto do Plano Estatal Central para 1981 estabelecendo a recuperação de muitos índices importantes, vai constituir a plataforma de arranque da nossa economia. Na sua elaboração participa-

ram numerosos quadros do Aparelho Central e Local do Estado.

O processo de discussão do projecto do Plano Estatal Central foi iniciado em Março último, numa reunião do Comité Político Permanente. O Conselho de Ministros dedicou-lhe uma atenção minuciosa em sessão alargada.

Em resolução especial, a 8.ª Central do Partido FRELIMO, há dias terminada, fez uma apreciação profunda do projecto do Plano Estatal Central e do projecto da Lei Orçamental para 1981. As conclusões do Comité Central sobre a necessidade de todos nós, toda a nação se engajar na realização das metas propostas, em muito irão ajudar os trabalhos da presente sessão da Assembleia Popular.

Também se propõe a esta Assembleia uma larga informação sobre a actividade internacional desenvolvida pelo nosso Estado, em 1980. É através das nossas relações com outros Estados, particularmente, os Estados Socialistas, que beneficiamos do património comum de teoria e experiência e damos a conhecer as nossas realidades e conquistas na construção do socialismo.

Esta Assembleia irá apreciar, através dos Tratados de Amizade e Cooperação que propõem a ratificação, o nível atingido nas nossas relações com outros países socialistas.

A República Popular de Moçambique foi anfitriã da Segunda Conferência para o Desenvolvimento da África Austral.

Esta Conferência, entre os representantes dos nove países signatários da Declaração de Lusaka

e representantes dos países e organizações participantes, apreciou os vários projectos de desenvolvimento regional apresentados e estabeleceu uma primeira base financeira para a materialização dos princípios aprovados em Lusaka.

Estamos certos de que a exemplar cooperação regional que estamos a construir, merecerá o apoio claro e resolutivo por parte de todos os países, organizações e forças verdadeiramente engajados no estabelecimento de uma nova ordem económica internacional.

Ao diminuir progressivamente o grau de dependência dos países desta região em relação à República da África do Sul, a cooperação regional constitui um golpe profundo nos planos de bantustanização da África Austral e consolidação do suporte económico do apartheid.

Reputamos por isso, de muito importante a informação que vai ser prestada a esta Assembleia sobre a segunda Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral. Trata-se de uma outra frente do nosso combate.

Senhores Deputados

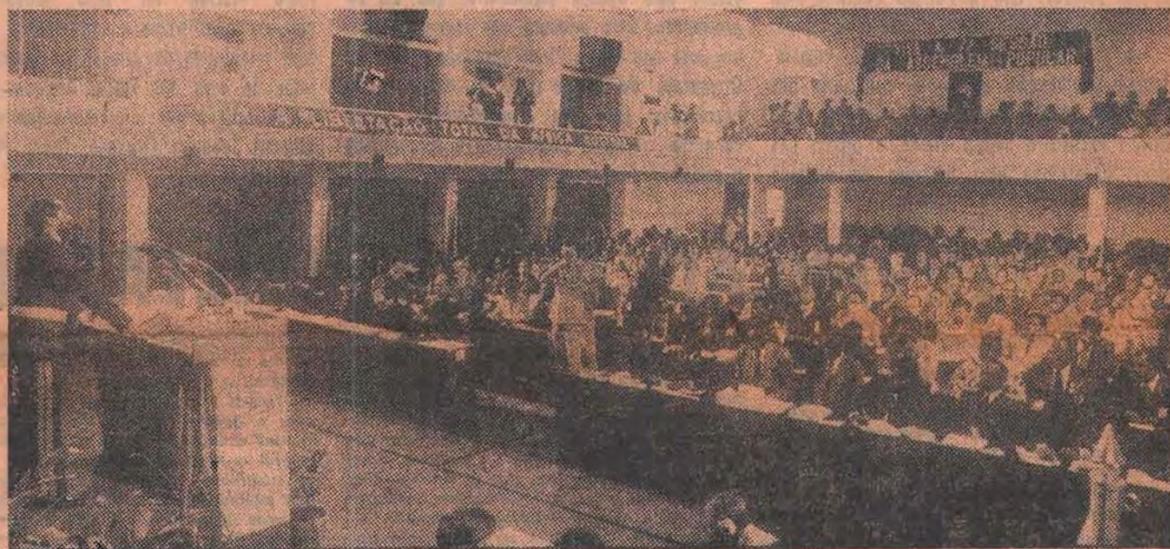
O Plano Estatal Central e o Orçamento Geral do Estado para 1981 são questões fundamentais para o nosso futuro, temas que poderiam merecer longas considerações introdutórias.

O Comité Central do nosso Partido, na 8.ª Sessão, dedicou-lhes o principal da sua atenção.

Os documentos e resoluções tornados públicos exprimem de forma cabal o pensamento do nosso Partido e devem por isso constituir o guia para o debate que, sobre o Plano Estatal Central e o Orçamento vamos realizar em sessões plenárias e em grupos de trabalho, à semelhança do que tem acontecido em sessões anteriores desta Assembleia.

Reiterando aos presentes as minhas saudações, declaro aberta a 7.ª Sessão da Assembleia Popular.

A LUTA CONTINUA!
A REVOLUÇÃO VENCERÁ!
O SOCIALISMO TRIUNFARÁ!



Aspecto da Assembleia Popular, reunida desde ontem na sua 7.ª Sessão, quando o Presidente Samora Machel pronunciava o discurso de abertura



O «Presidium» durante a execução do Hino Nacional pela Banda das Forças Armadas, na abertura da 7.ª Sessão da Assembleia Popular, cujos trabalhos decorrem desde ontem na capital do País